

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

**amigos
da arte**

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021

A
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE
São Paulo - SP

Prezados Senhores

Estamos encaminhando a V.Sas. 03 (três) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balço Patrimonial	4-5
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Encerramento do contrato de gestão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o término de vigência do Contrato de Gestão nº 007/2016 será em 31/10/2021, quando o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, iniciará nova chamada pública para gestão dos equipamentos e programas culturais. A **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE**, por decisão da administração, participará do processo de escolha para nova gestão. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião em 17 de fevereiro de 2020.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 19 de janeiro de 2021.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira

CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa sem Restrição	4	2.188.992	2.167.243
Caixa e Equivalentes de Caixa com Restrição	4	15.339.590	8.634.994
Contas a Receber	5	1.193.782	-
Adiantamentos		166.000	92.916
Estoques de Materiais		19.107	23.110
Despesas Exercícios Seguintes		17.072	21.372
Total do Circulante		18.924.543	10.939.635
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	207.106	303.054
Imobilizado	6	1.599.032	1.678.126
Intangível		91.177	82.762
Total do Não Circulante		1.897.315	2.063.942
Total do Ativo		20.821.858	13.003.577

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

		31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Fornecedores	7	2.114.011	1.887.119
Obrigações Trabalhistas e Sociais	8	1.039.832	974.310
Obrigações Tributárias		189.815	171.407
Verbas para Repasse de Terceiros	9	1.533	3.954
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	12	9.582.437	3.544.292
Fundos de Reserva e Contingências	11	3.797.364	-
Outras Obrigações		94.623	162.566
Total do Circulante		16.819.615	6.743.648
Não Circulante			
Contingências	10	-	1.308.610
Fundos de Reserva e Contingências	11	-	2.244.755
Doações e Subvenções Não Monetárias	12	1.690.209	1.760.888
Total do Circulante		1.690.209	5.314.253
Patrimônio Líquido	13		
Patrimônio Social		2.312.034	945.676
Total do Patrimônio Líquido		2.312.034	945.676
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		20.821.858	13.003.577

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

		31/12/2020	31/12/2019
	Nota		
Receita Operacional Líquida	14	25.281.960	32.054.744
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com Pessoal	15	(10.109.707)	(11.183.545)
Despesas Gerais e Administrativas	16	(14.925.409)	(19.640.729)
Despesas Tributárias		(70.413)	(195.515)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	17	1.020.946	356.713
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		1.197.377	1.391.668
Receitas Financeiras	18	197.538	449.153
Despesas Financeiras	18	(28.557)	(22.223)
Resultado Financeiro		168.981	426.930
Superávit do Exercício		1.366.358	1.818.598

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Superávit do Exercício	1.366.358	1.818.598
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	1.366.358	1.818.598

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(872.922)	-	(872.922)
Superávit do Exercício	-	1.818.598	1.818.598
Transferência para Patrimônio Social	1.818.598	(1.818.598)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	945.676	-	945.676
Superávit do Exercício	-	1.366.358	1.366.358
Transferência para Patrimônio Social	1.366.358	(1.366.358)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.312.034	-	2.312.034

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	1.366.358	1.818.598
Ajustes ao Superávit		
Depreciação e Amortização	202.270	174.123
Valor residual de Bens Baixados	-	(4)
Reversão de Provisão para Contingência	(1.308.610)	474.177
Superávit do Exercício Ajustado	260.018	2.466.894
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	(1.193.782)	668.777
Adiantamentos	(73.084)	(23.714)
Estoques de Materiais	4.003	2.952
Despesas de Exercícios Seguintes	4.300	645
Depósitos Judiciais	95.948	(12.550)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	226.892	(331.416)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	65.522	(7.017)
Obrigações Tributárias	18.408	31.391
Verbas para Repasse Terceiros	(2.421)	(2.636)
Outras Obrigações	(67.943)	69.050
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	6.038.145	944.013
Fundos de Reserva	1.552.609	121.531
Doações e Subvenções Não Monetárias	(70.679)	427.320
Caixa líquido Proveniente das Atividades Operacionais	6.857.936	4.355.240
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	(131.591)	(601.438)
Caixa líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(131.591)	(601.438)
Aumento de ao Caixa e Equivalentes de Caixa	6.726.345	3.753.802
Demonstrado como segue:		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	10.802.237	7.048.435
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	17.528.582	10.802.237
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	6.726.345	3.753.802

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto Social

A Associação Paulista dos Amigos da Arte (“APAA”), foi constituída em 11 de março de 2004, conforme previsto nos artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro, sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A APAA tem objetivos de natureza sócio-culturais, constituindo-se na colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento de atividades artísticas, notadamente no campo de artes cênicas, plásticas, musicais e no campo da valorização da cultura brasileira no Estado de São Paulo, por meio de programas e projetos que além do cunho cultural, visem valorizar o artista, o desenvolvimento cultural no Estado de São Paulo, além de criar oportunidades para o crescimento social dos diversos segmentos.

Contratos de Gestão

Após qualificar-se como Organização Social ligada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a APAA venceu chamada pública e assinou:

- O Contrato de Gestão 001/2004, em 18 de novembro de 2004, com duração de 3 anos e com valor total de R\$ 19.658.379.

Os bons resultados obtidos nos três primeiros anos, fizeram com que a APAA, fosse selecionada em novas convocações públicas, sendo:

- Contrato de Gestão (019/2007), 1ª renovação, em 19 de novembro de 2007, com vigência de 4 anos, e valor global de R\$ 85.360.000
- Contrato de Gestão (06/2011), 2ª renovação, em 18 de novembro de 2011, com vigência até 31 de dezembro de 2015, e valor global de R\$ 138.448.290.
- Aditamento do Contrato de Gestão, em 23 de dezembro de 2015, prorrogando o término da vigência do contrato para 17 de novembro de 2016, bem como, determinando o acréscimo de recursos no montante de R\$ 22.300.975. Após o repasse da última parcela do contrato de gestão, o saldo da conta Fundo de Reserva foi aplicado na execução das metas do ano em curso, ou em outras, previamente aprovada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

- Contrato de Gestão 007/2016, 13ª renovação, em 28 de dezembro de 2020, com o prazo de vigência até 31 de outubro de 2021 e valor global de R\$ 155.958.897.

Com o atual Contrato de Gestão, celebrado com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a APAA permanece com o fomento e operacionalização da gestão e execução de programas e equipamentos culturais, de acordo com as diretrizes estabelecidas e nas ações previstas em seu plano de trabalho anual.

Gestão Administrativa e Operacional

A AMIGOS DA ARTE, em sua gestão, manteve e ampliou o desenvolvimento de projetos culturais de forma a obter o máximo da relação custo/benefício, em geral, cumprindo as metas e índices estipulados em seu Contrato de Gestão.

Além da continuidade dos programas, no ano de 2020 promoveu algumas adaptações a um novo contexto ampliado no que tange ao alcance e à diversidade dos programas executados pela AMIGOS DA ARTE.

No geral, foi garantido o atingimento das metas de atividades e resultados de forma satisfatória, mesmo frente ao contexto atípico de desafios colocados pela crise mundial de saúde. Entende-se que a AMIGOS DA ARTE, mesmo ao longo de um período de grandes desafios para adaptação de seus programas para o contexto de isolamento social, migrando de forma majoritária suas atividades de difusão cultural para o ambiente virtual, vem conseguindo potencializar os investimentos públicos, atingindo eficiência técnica e artística, ampliando a democratização do acesso à cultura, garantindo ao mesmo tempo o cumprimento do princípio fundamental da economicidade. A extensão, importância, a qualidade e a capilaridade dos programas culturais em centenas de municípios paulistas foram garantidas, viabilizando o apoio e impulsionamento da economia criativa paulista, a elevação do acesso da população a bens e serviços culturais, assim como o fortalecimento e proteção da produção cultural independente e da cultura popular e tradicional paulista.

Vale destacar que o Plano de Trabalho de 2020 contemplou os seguintes equipamentos e programas:

- Equipamento Teatro Sérgio Cardoso (TSC);
- Equipamento Teatro Maestro Francisco Paulo Russo – Teatro Estadual de Araras (TFPR);
- Equipamento Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual – Museu da Diversidade Sexual (MDS);
- Programa Virada SP;

- Programa Circuito Cultural SP (CSP);
- Programa Semana Guiomar Novaes (SGN);
- Programa Festival Paulista de Circo (FPC);
- Programa Festival da Cultura Tradicional Paulista – Revelando SP (RSP);
- Programa de Apoio a Festivais Artísticos e Atividades Culturais (AFA);
- Programa Tradição SP (TSC);
- +Gestão SP
- Cultura em Casa
- Apoio a Projetos Voltados para a Cultura LGBT+
- Apoio a Projetos Voltados para a Cultura Negra, Outras Etnias e Artes Urbanas
- Prêmios e Medalhas de Incentivo à Cultura
- Economia Criativa
- Pesquisa para Preservação e Difusão do Patrimônio Material e Imaterial

Objetiva-se, ainda, realizar Pesquisa de Perfil do Público e Qualidade dos Serviços Prestados; além de um conjunto de metas de Financiamento e Fomento e de Acessibilidade, além de m conjunto de Metas Técnicas Condicionadas dos Equipamentos e Programas acima, condicionados à captação de recursos ou a demanda direta da SEC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente.

Base de Preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

d. Conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Associação aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em 19 de janeiro de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do Resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela APAA e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado no Contrato de Gestão.

Os valores recebidos do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de receitas do contrato de gestão a realizar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais.

- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão, são reconhecidas as despesas em contrapartida no passivo circulante. O valor é registrado a débito do passivo de receitas do contrato de gestão a realizar e contrapartida no resultado do exercício em receitas governamentais.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o preço da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Intangível

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada.

e. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g. Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Também, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

h. Julgamentos, estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

- **Vida útil dos bens do imobilizado e intangível** - A Entidade revisa anualmente a vida útil-estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

i. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Patrimônio Líquido

Representa a dotação inicial na Associação, acrescido ou reduzido dos superávits e déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Fundo de Reserva

Em decorrência do dispositivo legal – artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, a qual a natureza jurídica do Contrato de Gestão é submetida, a APAA classificou inicialmente Passivo Não Circulante, os valores referentes ao Fundo de Reserva pois, ao final de vigência do contrato, o valor apurado e existente na referida conta retorna ao Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Como o contrato tem previsão de encerramento em outubro de 2021, neste exercício o fundo de reserva foi reclassificado para o Passivo Circulante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixas	1.200	1.200
Bancos Conta Movimento	7.536	3.653
Aplicações Financeiras	2.180.256	2.162.390
Recursos sem Restrição	2.188.992	2.167.243
Aplicações Financeiras	15.339.590	8.634.994
Recursos com Restrição	15.339.590	8.634.994
Total	17.528.582	10.802.237

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Banco Santander S.A.	2.180.256	2.162.390
Recursos sem Restrição	2.180.256	2.162.390
Banco do Brasil S.A. – Repasses	11.772.779	5.591.414
Banco do Brasil S.A. – Fundo de Reserva	1.800.066	1.776.464
Banco do Brasil S.A. – Fundo de Contingência	956.895	468.292
Banco do Brasil S.A. – Pronac	809.850	798.824
Recursos com Restrição	15.339.590	8.634.994

As aplicações financeiras estão representadas por Fundos de Investimentos, com liquidez diária, remunerados pela taxa CDI. Essas, aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 (noventa) dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

Os valores de R\$ 956.895 (R\$ 468.292 em 2019) e R\$ 1.800.066 (1.776.464 em 2019), aplicados no Banco do Brasil se referem ao “Fundo Contingência” e “Fundo de Reserva” respectivamente, conforme citado em nota explicativa 11. Parte do fundo de contingência está sendo repostado através do 13º aditivo firmado com o Estado, conforme nota 5 – item “a”.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses Governamentais com Restrição (a)	1.040.403	-
Repasses Governamentais com Restrição (b)	33.379	-
Captação de Recursos de Terceiros (c)	120.000	-
Total	1.193.782	-

- (a) Refere-se ao recurso para reposição de parte do Fundo de Contingência, citado na nota explicativa nº 11.
- (b) Refere-se ao recurso para ser utilizado nas atividades previstas no orçamento do Contrato de Gestão.
- (c) Refere-se a captação de recursos junto a Prefeitura SP para a realização do projeto Mostra Teatral #NACOnline.

6. IMOBILIZADO

a) Composição e Movimentação

	2019	Custo		Depreciação		2020
		Adição	Baixa	Adição	Baixa	
APAA						
Móveis e Utensílios	151.684	6.480	-	(39.509)	-	118.655
Instalações	126.249	-	-	(46.867)	-	79.382
Computadores e Periféricos	72.619	77.797	-	(28.562)	-	121.854
Máquinas e Equipamentos	300.334	12.808	-	(49.858)	-	263.284
Equipamentos Técnicos	27.147	-	-	(3.161)	-	23.986
Instrumentos Musicais	1.685	-	-	(2.188)	-	503
Instalações em Andamento	469.800	-	-	-	-	469.800
	1.149.518	97.085	-	(170.145)	-	1.076.458
Teatro Sérgio Cardoso						
Móveis e Utensílios	312.309	-	-	-	-	312.309
Computadores e Periféricos	81.092	-	-	-	-	81.092
Máquinas e Equipamentos	6.000	-	-	-	-	6.000
Equipamentos Técnicos	120	-	-	-	-	120
	399.521	-	-	-	-	399.521
Teatro Est. Francisco P. Russo de Araras						
Móveis e Utensílios	105.800	-	-	-	-	105.800
	105.800	-	-	-	-	105.800
Museu da Diversidade Sexual						
Móveis e Utensílios	14.754	-	-	(2.458)	-	12.296
Computadores e Periféricos	2.581	-	-	(2.581)	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.443	-	-	(408)	-	2.035
Equipamentos Técnicos	3.509	-	-	(587)	-	2.922
	23.287	-	-	(6.034)	-	17.253
	1.678.126	97.085	-	(176.179)	-	1.599.032

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, parte do Ativo Imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmando com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, não havendo, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bens de terceiros.

7. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de Serviços PJ	1.698.782	1.818.443
Fornecedores de Material	78.147	52.708
Fornecedores de Serviços PF	337.082	15.968
Total	2.114.011	1.887.119

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Férias a pagar	514.533	568.117
INSS a Recolher	286.332	146.737
Provisão de INSS sobre Férias	131.206	144.870
FGTS a Recolher	54.593	49.422
Provisão de FGTS sobre Férias	41.162	45.449
Ordenados a Pagar	-	9.746
Provisão de Pis sobre Férias	5.145	5.681
PIS sobre Folha de Pagamento	6.861	4.288
Total	1.039.832	974.310

9. RECEITAS A REALIZAR E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de Captação de Recursos de Terceiros - Pronac	929.850	878.816
Receitas de Projetos Contrato de Gestão	8.652.587	2.665.476
Total	9.582.437	3.544.292

Receitas de Captação de Recursos de Terceiros

O Plano Anual de 2019 teve prestação de contas aprovada (Pronac 183963, mediante Portaria nº 12, de 30/12/2020, do Ministério do Turismo/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências) e o valor captado e não executado de R\$ 878.816 (referente à posição em 31/12/2019), acrescido dos rendimentos financeiros posteriores, foi transferido para o Plano Anual de 2020 da APAA - Pronac 193468.

O Plano Anual 2020 teve captação autorizada no DOU de 2 de dezembro de 2019 e esteve ao longo de todo o ano de 2020 em análise pela Secretaria Especial de Cultura, não tendo obtida a homologação final apesar de aprovado em todas as instâncias necessárias, ainda que tardiamente. Por este motivo o valor não pode ser executado nem permitiu que fosse viabilizada a captação de recursos com incentivo fiscal federal em 2020.

O Plano Anual 2021 teve captação autorizada no DOU de 20 de janeiro de 2021 e está em análise na Secretaria Especial de Cultura do governo federal para homologação final e ele aguarda autorização para o repasse do saldo remanescente de 2020.

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Natureza	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor da Provisão	Depósito Judicial	Valor Líquido	Valor da Provisão	Depósito Judicial	Valor Líquido
Trabalhista	-	207.106	207.106	1.308.610	(303.054)	1.005.556
Total	-	207.106	207.106	1.308.610	(303.054)	1.005.556

A movimentação da contingência e do depósito judicial está assim demonstrada:

	Contingência	Depósito Judicial
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.308.610	303.054
(+) Adições e Atualizações	-	8.795
(-) Reversão	(1.308.610)	-
(-) Baixas	-	(104.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	207.106

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, classificando os entre chances de perda provável, possível e remota e constitui provisões somente para os processos classificados com chance de perda provável.

A Associação não possui em 31 de dezembro de 2020, processos trabalhistas com avaliação de risco considerada como perda possível pelos assessores jurídicos. Em 2019 era de R\$ 144.260.

Lei nº 16.757/2017

A legislação municipal, através da Lei nº 16.757/2017 de 14 de novembro de 2017, instituiu a tributação do ISS sobre os repasses recebidos do Governo do Estado de São Paulo, previstos nos contratos de gestão. Contudo, o entendimento da administração, respaldada por seus assessores jurídicos, com base em jurisprudências, esse tributo é questionável sendo considerado pelos advogados como perda possível, caso seja levado para esfera judicial e, portanto, não está reconhecida provisão nas demonstrações financeiras, pois há sólidos argumentos favoráveis à Entidade, tendo em vista que:

- É uma Associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo direito a imunidade tributária;
- É instituição voltada à difusão da cultura;
- Os repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo são integralmente destinados a financiar ações nas áreas culturais, com o objetivo de melhorar a qualidade e diversificação dos programas e equipamentos sob sua gestão. As atividades dos Contratos de Gestão tecnicamente não estão sujeitas a cobrança do ISS.

11. FUNDO DE RESERVA E DE CONTINGÊNCIA

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Reserva	1.800.066	1.776.463
Fundo de Contingência	1.997.298	468.292
Total	3.797.364	2.244.755

Fundo de Reserva

Conforme contrato de gestão, a APAA deve depositar em conta específica de sua titularidade 6% do valor repassado no primeiro ano de vigência do respectivo contrato com o objetivo de constituir fundo de reserva sob a tutela do Conselho de Administração da APAA.

O montante constituído poderá ser utilizado futuramente em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos nos recebimentos de recursos.

De acordo com as NBC-TG 07 (R2), foi classificada inicialmente a conta de fundo de reserva para o passivo não circulante e reclassificada para o passivo circulante nesse exercício devido ao término do contrato de gestão em 31/10/2021.

Fundo de Contingência

Constituído para aplicação de 2% dos recursos repassados pelo contrato de gestão a partir do exercício de 2017, com a finalidade de suportar eventuais contingências durante a execução contratual.

No exercício de 2019 foi reclassificado para o passivo circulante devido ao término do contrato de gestão em 31/10/2021.

12. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES NÃO MONETÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Bens Adquiridos pela APAA – Vinculados a SEC	1.085.944	1.156.623
Doações e Subvenções Não Monetárias	604.265	604.265
Total	1.690.209	1.760.888

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o ativo imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, não havendo, bens de terceiros. Considerando que, em caso de término ou rescisão do contrato de Gestão os bens terão que ser devolvidos, a Administração procedeu tal registro no passivo não circulante.

De acordo com as NBC-TG 07 (R2), foi reclassificada a conta de doações não monetárias para o passivo não circulante. Devido a esta reclassificação a APAA mantém em seu Patrimônio Social somente os resultados de Superávit ou Déficit acumulado.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é representado pelo patrimônio inicial da Associação, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

Conforme Capítulo VII, artigo 40, do Estatuto Social e Contrato de Gestão, caso haja dissolução ou desqualificação da APAA, nos termos da legislação específica, seu patrimônio líquido, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, deverão ser destinados a outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com Restrição		
Repasse Governamentais (-) Fundo de Reserva	25.064.551	28.972.887
Captação de Recursos de Terceiros	2.500	1.932.163
Receitas sem Restrição		
Cessão de Espaço	152.182	1.111.109
Trabalho Voluntário	66.536	57.280
Locação	3.750	8.143
Produção de Eventos	25.000	48.282
Total	25.314.519	32.130.404
Deduções das Receitas Operacionais		
Tributos	(10.109)	(55.555)
Devoluções e Cancelamento	(22.450)	(20.105)
Total	(32.559)	(75.660)
Receita Operacional Líquida	25.281.960	32.054.744

15. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e Ordenados	(5.026.618)	(4.749.021)
INSS	(1.401.557)	(1.373.054)
Provisão de Férias e Encargos	(798.506)	(721.964)
Vales Transporte, Refeição e Alimentação	(533.329)	(535.168)
Assistências Médica, Odontológica e Exame Médico	(699.494)	(999.589)
Provisão de 13º Salário e Encargos	(673.874)	(573.477)
Provisão para Contingência Trabalhista	(210.275)	(1.199.824)
FGTS	(399.713)	(374.232)
Rescisões e Indenizações	(221.083)	(513.599)
Trabalho Voluntário	(66.536)	(57.820)
PIS sobre Salários	(50.700)	(45.804)
Seguro de Vida	(27.823)	(26.659)
Cursos e Treinamentos	(10.199)	(13.334)
Total	(10.109.707)	(11.183.545)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de Terceiros PJ – Cachês e Curadoria	(4.924.128)	(6.040.535)
Serviços de Terceiros PJ – Produção	(1.862.432)	(2.610.428)
Infraestruturas	(559.171)	(2.366.009)
Marketing Divulgação	(1.534.912)	(1.461.900)
Vigilância e Segurança	(1.013.454)	(1.239.667)
Assessoria, Auditoria e Consultoria	(645.330)	(834.631)
Serviços de Terceiros PJ	(612.439)	(816.274)
Manutenção e Conservação	(843.813)	(636.933)
Aluguéis de Veículos	(40.827)	(422.438)
Energia Elétrica	(282.224)	(516.075)
Serviços de Terceiros PF	(719.358)	(383.172)
Viagens e Estadias	(26.272)	(320.525)
Lanches e Refeições	(178.704)	(285.232)
Internet e Licenciamento de Software	(163.430)	(278.217)
Serviços de Sistemas Corporativos	(188.071)	(234.355)
Depreciação e Amortização	(202.270)	(172.198)
Água e Esgoto	(54.596)	(117.827)
Material de Consumo	(55.171)	(113.896)
Material de Manutenção	(154.599)	(72.951)
Demais Despesas Gerais e Administrativas	(864.208)	(717.466)
Total	(14.925.409)	(19.640.729)

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de Despesas/reversão de provisão	1.020.211	366.319
Sinistro e Seguro	-	42.747
Perdas e Danos – Indenização	-	(50.245)
Outros	735	(2.108)
Total	1.020.946	356.713

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	197.538	413.541
Descontos, Juros, Variação Cambial	-	35.613
	197.538	449.154
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias, IOF e Outros Encargos	(28.557)	(22.224)
	(28.557)	(22.224)
Resultado Financeiro Líquido	168.981	426.930

19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores da APAA são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “despesas de pessoal”, no resultado do exercício.

A Administração da APAA não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo, correspondente ao valor da prestação de serviços, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base em pesquisa de Remuneração dos Administradores, realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (<http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoespesquisas>), e considerou o tempo disponibilizado pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da APAA.

Desta forma, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019 os montantes de R\$ 66.536 e R\$ 57.820, respectivamente, sendo a contrapartida demonstrada em Despesas com pessoal, exclusivamente para atendimento a ITG 2020 (R1), ressaltando que não houve qualquer desembolso financeiro.

21. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações Gerais e Políticas

O controle e gestão do gerenciamento de risco é de responsabilidade da diretoria

Risco de Liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. Como os principais recursos da APAA provem da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo a avaliação é de risco baixo. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

22. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por tratar-se de Associação sem fins lucrativos, a entidade é isenta do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal, portanto, isenta do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Associação não está imune em suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas normalmente sobre os proventos da Folha de Pagamento, assim como o PIS, que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos colaboradores.

Desde julho de 2015 a Associação efetua o recolhimento da COFINS sobre receitas financeiras, reestabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 e com base na Lei 10.865/2004.

23. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

24. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício a Entidade não possuía outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nessas demonstrações financeiras.

25. EFEITOS DA PANDEMIA (COVID 19)

O ano de 2020 apresentou um cenário bastante atípico para a execução dos programas culturais geridos pela organização social e para a atividade cultural em todo o mundo, tendo em vista a pandemia do COVID-19.

Em 6 de fevereiro de 2020 a Lei Federal nº 13.979 reconheceu a emergência de saúde pública de importância internacional e dispôs providências iniciais para o seu enfrentamento. Ainda no 1º trimestre, o Decreto Estadual nº 64.862, de 13 de março de 2020 propôs medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, incluindo a suspensão de eventos com público superior a 500 (quinhentas) pessoas. Outras medidas e regulamentações foram promulgadas ao longo do ano. As atividades culturais abertas ao público foram retomadas pontualmente apenas no 4º trimestre o que gerou, conseqüente queda na receita de bilheteria e locações dos equipamentos. Além disso, houve uma redução no repasse governamental e na captação de recursos de terceiros.

A partir desse cenário promoveu-se a readequação e atualização dos formatos de trabalho, rapidamente atendendo aos novos desafios. Foi necessário adaptar os programas integrantes do contrato de gestão para a difusão digital, ajustar metas de ações e a expectativa de público, bem como adaptar os cronogramas de execução, para os programas sazonais e permanentes, com a inclusão de novas estratégias de ação que melhor atendessem as necessidades do setor. Para a viabilizar as atividades virtuais de difusão foi desenvolvida a plataforma de conteúdos digitais #CulturaEmCasa. E a atividade audiovisual passou a ser prática da associação, incluída em seu estatuto social.

Foi necessário implantar infraestrutura para home office e estabelecer regime de trabalho presencial com revezamento de equipe. Foi desenvolvido plano de retomada das atividades presenciais e protocolos sanitários para as atividades de escritório, gravações audiovisuais e atividades com presença do público, em permanente atualização frente às regulamentações governamentais e recomendações dos órgãos de saúde. A elaboração do protocolo envolveu medidas administrativas, de gestão de pessoas, de contratos de trabalho e de terceiros, melhorias de infraestrutura e manutenção (como a adaptação do sistema de ar-condicionado dos teatros), entre outras medidas para estabelecimento de procedimentos no que diz respeito a distanciamento, comunicação, orientações, treinamentos, limpeza, higiene e monitoramento. O funcionamento reduzido do Teatro Sérgio Cardoso possibilitou ainda melhorias de infraestrutura como implantação de 4 novos elevadores e obras estruturais da torre de água.
